



O Componente que está faltando nas Comunicações Estratégicas dos EUA

William M. Darley

LOGO APÓS OS ataques de 11 de setembro, alguns observadores políticos visionários começaram a declarar que os EUA foram jogados dentro de uma guerra que não somente iria requerer ação militar, porém mais importante, obrigaria a Nação a competir na chamada guerra de idéias.¹ Contudo, o governo dos EUA foi geralmente vagaroso em discernir a natureza do conflito, vagaroso em reconhecer a sua falta de capacidade em lidar com tal conflito e agonizantemente vagaroso em mobilizar-se robustamente para essa dimensão do conflito. De modo chocante, quase seis anos após os ataques contra as Torres Gêmeas e o Pentágono, ainda não está em vigor um processo de nível nacional para organizar e conduzir um programa efetivo, sincronizado e dirigido a contra-atacar idéias inimigas. Portanto, muitos observadores dentro e fora do governo estão expressando uma preocupação profunda que os EUA estejam perdendo a guerra global de idéias contra os islâmicos extremistas e até mesmo a guerra contra o terror.

A crescente preocupação que estamos perdendo a guerra de idéias tem trazido alarme e ardoroso debate entre muitos gabinetes do governo sobre porque o progresso tem sido tão vagaroso e o que pode ser feito sobre isso. Até hoje, esse debate produziu pouco mais do que um enorme volume de slides de *Power Point*, artigos prós e contra o assunto

Coronel William M. Darley, Exército dos EUA, serviu como Diretor de Comunicações Estratégicas para o Centro de Armas Combinadas, no Forte Leavenworth, e Editor-chefe da revista Military Review.

Artigo publicado na revista Joint Force Quarterly, N° 47, 4° Trimestre de 2007

FOTO: A âncora do canal de notícias da New England Cable News, fala com o Comandante dos Sistemas Navais de Marinha, Vice-Almirante Paul Sullivan sobre o papel da Marinha na guerra global contra o terrorismo.

Marinha dos EUA, Suboficial de Comunicação em Massa Dave Kaylor.

e estudos oferecendo poucas medidas para o desenvolvimento de um programa nacional de interações que seja sincronizado e coordenado. Gerou ainda um esforço insuficiente comparado com as capacidades robustas que os EUA possuíam na Agência Central de Inteligência e na

O fracasso em nível nacional de concordar com o que os EUA defendem é o impedimento principal no desenvolvimento de um programa sincronizado e efetivo de comunicações estratégicas.

extinta Agência de Informação dos EUA, durante a Guerra Fria, ambas as quais foram essenciais para vencer a dimensão ideológica contra o Marxismo/Leninismo na União Soviética.²

Ao contrário, a disputa se concentrou na maior parte em perder tempo com as mecânicas de coordenação, tentando resolver o problema criando um grupo de coordenação abrangente, de nível nacional, para produzir algo descrito geralmente como “comunicações estratégicas.” Contudo, até agora, os esforços para criar tal sistema têm sido na maior parte frustrados por discórdias entre as agências sobre o que constitui atividades e comunicações legítimas e estratégicas, com as maiores objeções vindo da comunidade de assuntos públicos, que teme ser absorvida pela máquina de propaganda nacional. Mas, o que é mais importante, tal inovação encontrou ampla resistência em agências não pertencentes ao Departamento de Defesa (*DOD*), pelo temor de ficarem sob o controle do *DOD* para tais esforços.

Uma consequência desse impasse é a insistência de alguns líderes governamentais de que a causa principal desse fracasso nacional em se comunicar estrategicamente é a incompetência dos comunicadores profissionais do Governo. Por exemplo, o antigo Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, alegou que o fracasso nas comunicações estratégicas era, na maior parte, por causa dos oficiais de assuntos públicos que não eram suficientemente treinados para travar

a guerra de idéias numa escala global, ou não eram suficientemente engajados em desenvolver, de modo proativo, um sistema permanente, requerido para igualar as iniciativas inimigas e comprometido no ambiente de informação global.³ Parcialmente em resposta, um número de iniciativas foram lançadas entre muitas agências visando o desenvolvimento de oficiais de assuntos públicos que sejam mais experientes em tratar com comunicações internacionais.

Porque o governo dos EUA tem tido tanta dificuldade em relatar as suas próprias mensagens estratégicas no atual ambiente social e político, contudo, não é explicável na maior parte pelo fracasso em desenvolver mecanismos burocráticos de interações, por rivalidade entre as agências, ou mesmo por um estilo imperfeito. Além disso, o fracasso em criar um sistema de comunicação global contínuo, com um quadro de pessoal treinado apropriadamente, é somente um sintoma do problema real, e não a causa. Mais exatamente, a razão principal é o fracasso no nível nacional de encontrar um acordo de interações, entre os vários departamentos e ramos do governo, na essência do que queremos que as comunicações estratégicas nacionais relatem aos públicos interessados e qual é o sentido de urgência. Esse defeito principal é especificamente notado no Relatório da Comissão de 11 de Setembro com relação às suas políticas de comunicação: “O governo dos EUA precisa definir qual é a sua mensagem, e o que isso significa.”⁴

Portanto, o fracasso em nível nacional de concordar com o que os EUA defendem (ou seja, quais valores nacionais a comunicação estratégica deveria refletir) é o impedimento principal no desenvolvimento de um programa sincronizado e efetivo de comunicações estratégicas.

Além disso, talvez ainda mais preocupante, a causa-raiz do burocrático impasse das comunicações estratégicas reflete uma profunda falta de consenso do que os nossos valores nacionais realmente são.

Valores Estratégicos?

O que é *valor*? Basicamente, valor é a transformação de um conceito abstrato, aceito como se fosse uma realidade concreta, em costumes sociais inculcados dentro de uma comunidade social, que servem como reguladores comuns de comportamentos sociais. Tais valores

criam o núcleo social da composição de acordos que moldam o que a coletividade visa como o comportamento certo em oposição ao errado. Com relação a outros fatores, valores estão ao mesmo tempo entre as dinâmicas mais poderosas, governando o comportamento social humano, e também entre os mais frágeis, pois sua autoridade depende completamente da base da fé coletiva de que são princípios corretos e verdadeiros. Conseqüentemente, os valores de uma geração em muitos casos se tornam os preconceitos e intolerância de outra geração. Essa caprichosa base de valores então os faz vulneráveis aos deslocamentos de areia das mudanças culturais, que moldam o que se tornará aceito como comportamento adequado.

A vulnerabilidade de valores pode facilmente ser vista nas mudanças naqueles valores os quais aceitávamos como a base de costumes nacionais homogêneos duas gerações atrás. Por exemplo, o povo americano em geral concordava que o Inglês era o idioma “correto e apropriado” dos Estados Unidos. Tão impregnada era a idéia de aprender Inglês no início do século XX, que novos imigrantes muitas vezes proibiam suas crianças de usar ou aprender a sua língua nativa, para que ficassem americanizados rápido; o aprendizado de Inglês era respeitado como um valor pré-requisitado para se tornar “um verdadeiro norte-americano”. Contudo, hoje, a opinião que o Inglês deveria ser o idioma padrão está perdendo rapidamente o status de um valor norte-americano aceitável — é um fato agora rotulado como intolerância cega. Isso se deve à inundação de imigrantes que progressivamente resistem a desistir da sua língua ou cultura nativa quando chegam aos EUA e que são ajudados por outros agentes na sociedade que promovem diversidade cultural em oposição à homogeneidade cultural, com um valor nacional preferido.

Outras abstrações que uma vez eram aceitas como componentes importantes do sistema de valores americanos estão sendo similarmente desafiados, criando incerteza com respeito ao consenso nacional de valores comuns. Por exemplo, a afirmação de nosso governo que parte do nosso propósito de lutar no Iraque é de auxiliar a estabelecer liberdade pessoal e proteger a dignidade humana está evoluindo para significar algo diferente do que era há duas gerações.

Lutar por liberdade pessoal para muitos nos EUA pode agora significar que nós, como uma Nação, estamos lutando contra os insurgentes no Iraque pelo propósito de legitimar homossexualidade e casamento homossexual como um estilo de vida aceitável. E que também lutamos para legitimar essas instituições no mundo islâmico, como parte essencial das mudanças das interpretações tradicionais de família e casamento, que estão sendo promovidas dentro dos EUA por muitos agentes e grupos interessados. Assumindo que tolerância e aceitação aos chamados estilos de vida alternativos eventualmente se tornem amplamente aceitos como valores nacionais norte-americanos, o problema então se torna em como moldar as comunicações estratégicas para persuadir um mundo Islâmico, conservativo. Tal mundo imensamente evita a homossexualidade como um valor legítimo, mesmo quando observa o drama de conflitos confusos e mordazes baseados sobre esse assunto nos EUA e na Europa Ocidental.

De modo similar, nosso governo periodicamente declara que estamos lutando no Iraque por liberdade de expressão. Na prática, o mundo Islâmico interpreta isso como significando que os EUA estão enviando combatentes para morrer no conflito a fim de promover a proteção e a distribuição de pornografia gráfica na internet ou promulgar “os valores de Hollywood”, que não somente aprovam, mas promovem adultério, infidelidade e promiscuidade. Ou o mundo Islâmico interpreta isso como uma extensão da percebida devoção secular dos EUA em promover um ambiente para o estabelecimento de uma organização equivalente à União Americana para Liberdades Cívicas (*American Civil Liberties Union - ACLU*) nos estados do Oriente Médio, que um dia teriam por meta remover o Corão — e mesmo Alá — da vida, conversa e instituições públicas Islâmicas. Com o conhecimento de que a perspectiva acima visa possíveis públicos para mensagens estratégicas, a questão para o nosso governo então se torna, “São esses fatos uma exata representação dos nossos valores nacionais que desejamos compartilhar com públicos externos como justificativa pela nossa luta no Iraque e em outros lugares?”

Num contraste gritante com a confusa cena de valores em aparente caos, as mensagens de nossos inimigos são simples e específicas

quando descrevem os valores normativos que prevalecerão com aspecto à homossexualidade, promiscuidade e ateísmo secular sob uma nova ordem mundial governada por um Califado e pela lei Islâmica. Conseqüentemente, em contraste com a nossa própria mensagem, as mensagens estratégicas do inimigo são claras, não ambíguas e extremamente atrativas para muitos, quando comparadas com a rudimentar e enervante confusão sobre o que as mensagens estratégicas dos EUA pretendem advogar.

Os exemplos acima ilustram brevemente que a essência dos programas de comunicações estratégicas e mensagens resultantes não são trapaças psicológicas, retórica elegante ou formas ardilosas de dizer algo brilhantemente persuasivo — ou seja, sem estilo. É, sobretudo o produto atual dos valores aceitos pela sociedade. Comunicações estratégicas são a expressão do fruto que cresce do solo de valores nacionais. Estas chamadas comunicações, que não expressam as específicas expectativas de conduta, enraizadas nesses valores nacionais, são rapidamente descartadas como falsificadas pelos públicos estrangeiros visados. Como resultado, a guerra no Iraque e Afeganistão precisa ser compreendida como indissociavelmente conectada com nosso contínuo conflito doméstico sobre a definição e concordância nos valores nacionais. Dessa forma, é a natureza indecisa desse esforço que melhor define o impasse dentro do nosso governo nacional sobre o sistema e plano de comunicações estratégicas.

O que foi descrito acima coloca em relevo o obstáculo-chave para as comunicações estratégicas nos EUA. Desavenças populares sobre valores se transformaram em esforços legislativos e executivos estagnados, que são nocivos à criação de um plano e processo estratégico de comunicações, pois não há pressão popular nem desejo de tê-lo. Essa falta de concordância é refletida na falta de consenso de interagência no que os valores nacionais são e como eles deveriam ser promovidos. Tal fato complica nossas tentativas de formular uma mensagem estratégica convincente e apoiar atividades direcionadas a audiências internacionais, para explicar e justificar nosso envolvimento em ações associadas com a guerra contra o terrorismo, especialmente no Iraque.

Obviamente, a solução para as agências do governo e os departamentos do ramo executivo em particular seria chegar a um consenso sólido sobre uma coleção de valores nacionais, necessários para encorajar um senso de urgência de interagências e o desejo para cooperação e ação, os quais removeriam instantaneamente as barreiras ideológicas existentes.

Agora, o principal assunto central desse dilema nacional é se a concordância nos valores nacionais é mesmo possível em nossos divididos e turbulentos governo e sociedade. Não só a falta de consenso tem um impacto direto na nossa capacidade de desenvolver um processo nacional de comunicações estratégicas para apoiar agências tentando lutar as atuais guerras mas, de maneira mais preocupante, tal concordância também é diretamente relevante se nós, como uma nação, estivermos aptos a sobreviver à “longa guerra”, agora tomando forma em face de enfraquecidos desafios ideológicos, poderemos contar com esses valores nacionais básicos, que têm até agora definido os EUA como uma nação e seus cidadãos de um modo peculiar como norte-americanos.

Os Valores Então...

A última vez que os EUA tiveram um consenso nacional sobre valores foi na II Guerra Mundial. Concordância relativa nos valores nacionais que constituíram o ambiente sócio-político do país e que criou ampla demanda popular e apoio para as instituições que foram criadas para lutar contra o fascismo. O consenso popular geral sobre os valores nacionais encorajaram o ambiente para cooperação de interagências entre as organizações criadas para se comunicar não somente com o público exterior, mas também interno. Uma conseqüência de tal concordância geral foi o desenvolvimento de um programa objetivado a promover apoio doméstico para a guerra. Esse programa produziu ícones populares de unidade nacional tais como “*Rosie the Riveter*” [o famoso ícone de uma mulher fictícia que, devido à ausência de homens na força de trabalho causada pela II Guerra Mundial, tinha que preencher as vagas de trabalhadores nas fábricas norte-americanas. Apareceu em inúmeros pôsteres com temas patrióticos] e amplo apoio para o racionamento

e venda de bônus para o apoio da guerra. Também facilitou o apoio da historicamente insubordinada e independente Hollywood, que mesmo indignada, partilhou suficiente adesão aos valores nacionais. Para isso, produziu em massa filmes que glorificavam a causa dos aliados e, ao mesmo tempo, difamando o Eixo [forças militares que lutaram contra os aliados durante a Segunda Guerra Mundial (Alemanha, Itália, Japão, Hungria, Bulgária e Romênia)] de forma que poderiam ser vistas como culturalmente intolerantes e insensíveis. Além disso, a mídia, que era historicamente destruidora de ídolos, cooperou de má vontade deixando que ela mesma fosse censurada com o mínimo de reclamações e tendo os seus repórteres alistados como membros da força militar, encravados nas forças desdobradas.

Quais eram esses valores nacionais partilhados? Uma descrição abrangente de todos os valores específicos, que poderiam ter contribuído para essa disposição unificada nacional de apoio e cooperação por todas as partes de um enorme e diverso Estados Unidos, seria extremamente complicada para expor numa classificação e poderia abrir um vigoroso debate. Certamente não existia um específico acordo de cada valor expressado entre as diversas comunidades étnicas e minoritárias. Contudo, os valores do país se sobrepuseram suficientemente para gerar apoio popular para travar a guerra e foi provavelmente resumido pela famosa máxima daquele período “Pela mãe, pela torta de maçã e pela garota da porta ao lado”.

Embora sem dúvida considerada por muitos como sentimental, superficial e ingênua, essa afirmação concisa, contudo, fundiu um conjunto de valores entre a população norte-americana que justificaram o propósito da guerra: defender o tradicional núcleo familiar contra a agressão fascista e preservar os papéis do sexo. Ambos vinculados a um sentido de independência de cultura e identidade nacional simbolizado por um tipo de mistura respeitada como unicamente norte-americana. Isto não é para sugerir que os Estados Unidos pré-II Guerra Mundial fossem uma sociedade utópica. Era profundamente defeituosa pela pobreza difundida e racismo institucional, especialmente na questão ao tratamento de negros, asiáticos e judeus. Contudo,

era uma sociedade cujas comunidades — ambas a maioria e minoria — voluntariamente foram à guerra acreditando que tinham um importante investimento nos resultados.

Ao contrário, se alguém com autoridade hoje sugerisse que a razão porque estamos lutando no Iraque é “Pela mãe, pela torta de maçã e pela garota da porta ao lado” esse indivíduo estaria aberto a acusações de machismo, homofobia e isolacionismo de espírito mesquinho, oposto ao comércio internacional, incluindo a importação de maçãs do Chile ou México.

Em vista disso, é possível ver porque Rosie está ausente hoje. Com o pano de fundo da enigmática, mas palpável ameaça que encaramos hoje da Al Qaeda, bem como de potenciais adversários como a China, a razão porque Rosie não se apresentou para o dever deveria ser causa para alarme tanto dentro das forças armadas quanto para os cidadãos em geral.

...e Agora

Sem surpresa, em contraste com as mensagens abertamente nacionalistas e até mesmo racistas características das comunicações estratégicas do governo dos EUA durante a II Guerra Mundial, as mensagens da coalizão liderada pelos EUA hoje são abstratas, obsessivamente inofensivas e mornas. Algumas das razões principais são bem claras: primeiro, porque vivemos num mundo onde a globalização criou uma rede extremamente complexa de economias interdependentes. O governo dos EUA evita desafiar as ideologias de muitas nações cujos recursos nossa economia depende, especialmente opiniões Islâmicas

...em um contraste total absoluto com a confusa cena de valores em aparente caos, as mensagens de nossos inimigos são simples e específicas

(embora o Islã seja claramente o solo ideológico de onde a maior parte dos atuais movimentos terroristas e insurgências estão brotando). Uma dessas razões é que os EUA são completamente dependentes do petróleo islâmico.

De igual importância, americanos têm sido sujeitos à doutrinação patrocinada pelo governo por meio de uma multidão de leis, mudanças no sistema educacional e a influência de líderes culturais populares e instituições que emergiram no movimento de direitos civis na década de 1960. Por causa dessas mudanças culturais, muitos no governo dos EUA hoje estão acostumados à rejeição instintiva de qualquer coisa que possa

...em contraste com as mensagens abertamente nacionalistas e até mesmo racistas características de comunicações estratégicas do governo dos EUA durante a II Guerra Mundial, as mensagens da coalizão liderada pelos EUA hoje são abstratas, obsessivamente inofensivas e mornas

sujeitá-los a acusações de insensibilidade étnica, racismo ou falta de tolerância multicultural. Como resultado, muitos têm o impulso instintivo de evitar desafiar qualquer religião ou cultura, sem importar quão abertamente organizado ou ameaçador tal movimento cultural possa ser para os interesses norte-americanos.

A maior consequência desses dois fatores significa que os funcionários do governo dos EUA não podem chegar a nenhum acordo mútuo a respeito de quais valores culturais externos estaríamos desejosos de desafiar abertamente como inferiores ou contraproducentes, para a promoção de tipos de sociedade liberal que nós anteriormente defendíamos como objeto de valores nacionais. Em outras palavras, não podemos concordar mutuamente como vemos esses nossos valores culturais, os quais estamos desejosos de abertamente declarar superiores e preferíveis aos defendidos pelos nossos inimigos, como uma razão para entrar numa guerra. Esta, por definição, precisa ser promovida e incorporada por públicos-alvo para fazer a guerra de idéias ser bem sucedida. Entretanto, a afirmação de superioridade de valores quando comparada

com aqueles do adversário precisa ser, de fato, a essência das mensagens de comunicações estratégicas visando obter os objetivos políticos dos tempos de guerra.

Em contraste, examinando a propaganda produzida pelos nossos inimigos insurgentes e terroristas, se fica impressionado não pela capacidade de projetar programas astutos de persuasão talentosa, mas ao invés, pela simplicidade e expressões concretas de específicos objetivos de política que o inimigo deseja que seus públicos incorporem. Também, as mensagens ousadamente afirmam superioridade moral aos valores dos EUA e seus aliados. Essa simplicidade se destaca em evidente contraste ao enigmático e obscuro conteúdo do que passa usualmente pelas mensagens de comunicações estratégicas em nome da coalizão liderada pelos EUA.

A consequência do maior problema com nossos esforços de comunicação externa é que não há mensagem estratégica. Como resultado, nenhum processo de comunicações externas é possível agora, não importa qual reorganização de interações ocorra, ou quão bem treinados sejam os quadros de pessoal que o operariam, nem quão sofisticado ou refinado seja o nosso estilo de comunicações. Conseqüentemente, até que haja um consenso de valores nacionais entre todos os segmentos do governo e um renascimento da coragem moral nacional pela liderança do governo para adotar uma medida de intolerância cultural (muito necessária para as ideologias que ameaçam esses valores), a possibilidade de comunicações estratégicas convincentes num futuro próximo não é grande. O reconhecimento das razões dessas poucas possibilidades põe em destaque o que deveria provocar a maior preocupação nas forças armadas, no povo e no governo, mais do que a ameaça do terrorismo global em si mesma. O que está emergindo é uma guerra originada pelos diversos conjuntos de valores representados nas *madrassas*, mercados, nas ruas da cidade, vilas e mesquitas em cantos obscuros de terras distantes e que se está alinhando, com elevada intensidade, como um conflito ideológico de valores de uma quarta revolução dentro dos EUA.

Os EUA em sua história experimentaram três distintas revoluções. A primeira não somente envolveu desprender-se de sua cultura materna, mas também introduziu a idéia que o

governo deveria servir o povo como julgasse conveniente e que o povo tinha direitos naturais dos quais o governo não poderia privá-los. Contudo, por fracassar em abolir a escravatura, a primeira revolução falhou em adotar os valores expressos na sua declaração básica. Dentro de pouco tempo, esses assuntos pendentes conduziram à segunda revolução, a Guerra Civil Americana, que resolveu o assunto da escravatura e estabeleceu a suprema soberania Federal. Contudo, eliminando a escravidão não baniu a injustiça racial institucional ou impediu a aprovação ou o estabelecimento de leis que visavam manter negros e outras minorias num estado de verdadeira servidão involuntária. Com o tempo, essa situação ilógica produziu a terceira revolução, liderada pelo Reverendo Martin Luther King, Jr., que resultou no final da segregação legal e auxiliou a estabelecer aqueles valores nacionais contidos na primeira revolução. Cada uma dessas revoluções foi primariamente um conflito sobre a direção e substância dos valores nacionais. As condições sócio-políticas que encorajaram cada uma foram em grande medida pela fricção social produzida

por uma guerra — a terceira revolução foi criada em grande parte pela inquietude social originada na Guerra do Vietnã.

De modo similar, hoje, a ampla guerra que o Presidente George W. Bush iniciou ao invadir o Iraque abriu a caixa da Pandora das tensões políticas e sociais não resolvidas, que fervem em silêncio sobre a substância dos valores nacionais. A pressão social de uma guerra aparentemente incurável está polarizando de forma perigosa uma sociedade já ideologicamente dividida, movendo-a em direção de outra guerra civil virtual e doméstica entre os defensores de ideologias conflitantes. Tão avançado é esse caminho de movimento revolucionário que divide os estados vermelhos versus os estados azuis, tão aparentes nas duas últimas eleições presidenciais, não podendo mais ser interpretado como uma disputa dentro da família norte-americana. Ao contrário, como o precursor de uma guerra real entre campos de inimigos ideológicos irreconciliáveis que estão progressivamente gravitando, senão abertamente, oferecendo apoio a dois conjuntos de valores inimigos e contrários tão distintos como aqueles que dividem os partidos Xiita e Sunita no mundo Islâmico.



Marinha dos EUA, Sargento Molly A. Burgess

O Secretário de Defesa Robert M. Gates (à esquerda) e o vice presidente dos Chefes do Estado-Maior Conjunto, General James Cartwright, do Corpo de Fuzileiros Navais, conduzem uma mesa redonda com a mídia no Pentágono em 17 de janeiro de 2008.

Como resultado, depois de quase seis anos, é aparente que as agendas dos partidos políticos domésticos evoluíram para o ponto onde eles visualizam o resultado da guerra no Iraque como um assunto menos importante para a segurança do país do que um fator-chave no sucesso de suas lutas para arrebatam o poder político doméstico como uma forma de moldar os valores nacionais. Com esse fim, os oponentes políticos domésticos de uma forma intensa parecem visar mais à guerra sobre o controle de futuras nomeações políticas para a Corte Suprema do que sobre a defesa de cidadãos norte-americanos ou melhorar a estabilidade no Oriente Médio.

O resultado do dilema é que em termos de valores nacionais, a última eleição nacional mostrou que uma definida maioria dos cidadãos, mesmo em lados opostos do espectro, aparentemente tinham concluído que mais de uma década de agências do governo dominadas por republicanos tinha produzido pouco mais que um progressivo e previsível molde de insensível desatenção pelas prioridades públicas. Isto é, o partido no poder tinha tratado o eleitorado como idiotas. Para muitos, essa percepção era agravada pela torturante disparidade na retórica daqueles no poder que falavam sobre expandir e proteger os interesses e valores tradicionais norte-americanos, mas cujos esforços pareciam em grande parte se concentrar em promover interesses em negócios internacionais e expedições militares internacionais, que na maior parte beneficiavam os não norte-americanos.

Além disso, tanto para o cidadão legal esperando numa longa fila no hospital para pagar uma conta alta, quanto os muitos imigrantes ilegais na frente da fila dos quais as contas são pagas pelo governo, nenhum deles pode ser culpado por não somente desconfiar da seriedade e autenticidade da administração e do Congresso no poder. Questionam, também, como evoluiu o estilo da democracia norte-americana. Essa é uma estrada ideológica ameaçadora, mas que o próprio governo promoveu.

Tais tendências são claramente evidentes em pesquisas de opinião sobre ambas as recentes administrações, mostrando que a maioria dos cidadãos dos EUA partilha a convicção que o governo tem ignorado suas prioridades e está mais focado em servir especiais interesses de

uma forma sistemática e programática. Aqueles que interpretaram o desejo público de impor leis contra imigração ilegal como um assunto de racismo branco simplesmente não perceberam o sentido exato em relação ao porque da vasta maioria do eleitorado norte-americano desejar que o governo tome medidas para parar esse fluxo: eles os vêem não somente como um problema de trabalhadores sem documentação ocupando trabalhos e dificultando serviços públicos, mas como um desafio mortal aos próprios valores nacionais das leis do governo.

Com isso em mente, está claro que nenhum esforço de comunicação estratégica pode ser bem sucedido a menos que ele cresça de nossos valores nacionais que são honrados e protegidos. Deveria ser elementar que um governo que deseja espalhar a chama de seus valores para outros precisa primeiro demonstrar consideração pelos seus próprios, ao mesmo tempo evitando a percepção que trata com desdém o eleitorado que é servido por tais valores. Para fazer isso, é essencial que o governo aja para articular valores nacionais definindo-os, e posteriormente, apoiando-os com a vigorosa aplicação de leis direcionadas a preservá-los e promovê-los. Valores assim definidos, apoiados pelo estabelecimento e imposição das políticas que eles refletem, são a necessária fundação para encorajar o desejo e a disposição entre agências do governo para cooperarem no desenvolvimento de comunicações estratégicas. Sem essa fundação de valores nacionais centrais, apoiados pela política e pelo cumprimento da lei, qualquer programa de comunicações estratégicas será impossível. **MR**

REFERÊNCIAS

BLINKEN, Anthony J., "Now the U.S. Needs to Wind the Global Ward of Ideas," *International Herald Tribune*, 8 de dezembro de 2001; BLINKEN, Anthony J., "Winning the War of Ideas," *The Washington Quarterly* (Primavera de 2002) pp.101-114; BINSWANGER, Harry, "America vs. Death-Worship: The Moral Meaning of the Coming War," discurso feito na Universidade de Columbia, 2 de outubro de 2001.

Veja KIEL, William P., *America's Dialogue with the World* (Washington, DC: The George Washington University, 2006); DIZARD, Wilson P. Jr., *Inventing Public Diplomacy: The Story of the U. S. Information Agency* (Boulder, CO Lynne Rienner, 2004); HIXON, Walter L., *Parting the Curtain: Propaganda, Culture, and the Cold War, 1945-1961* (New York: St. Martin's Press 1997); CHUTE, David, *The Dancer Defects: The Struggle for Cultural Supremacy During the Cold War* (New York: Oxford University Press, 2003); SAUNDERS, Frances Stonor, *The Cultural Cold War: The CIA and the World of Arts and Letters* (New York: Free Press, 2002).

Conselho de Relações Exteriores, "New Realities in the Media Age: A Conversation with Donald Rumsfeld," transcrição, 17 de fevereiro de 2006.

Comissão Nacional de Ataques Terroristas nos Estados Unidos, *The 9/11 Commission on Terrorist Attacks Upon the United States* (New York: Norton, 2004), p.376